NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 04/Jan

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1888 | 2018

Atendimento respeitoso entre clientes e funcionários de agências bancárias agora é lei em João Pessoa (PB)

O que era para ser natural do comportamento do ser humano teve que virar lei para ser cumprido. Trata-se de um projeto do vereador de João Pessoa, Marcos Henriques, do PT da Paraíba, que teve sancionada uma lei que prevê justamente isso - o bom atendimento e tratamento mútuo entre cidadãos e funcionários de agências bancárias.

O parlamentar fez questão de destacar a lei em suas redes sociais.

TRATAMENTO RESPEITOSO ENTRE CLIENTES, FUNCIONÁRIOS E VIGILANTES DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS DA CAPITAL AGORA É LEI

O ano de 2018 já começa com boas novidades para o nosso mandato. Entre os últimos atos de 2017 foi sancionado pelo Prefeito Luciano Cartaxo o Projeto de Lei de autoria do vereador Marcos Henriques que trata do atendimento e tratamento mútuo e respeitoso entre clientes e funcionários de agências bancárias.

Vindo do movimento sindical ligado aos bancários, Marcos Henriques tem defendido, junto com trabalhadores e sindicatos, demandas de vários segmentos, em prol de melhorias nas condições de prestação de serviços e condições de trabalho, favorecendo tanto os trabalhadores e consumidores destes produtos e serviços. O desrespeito à Lei configura infração sujeita as penalidades da Lei: Injúria, difamação e calúnia (Arts 138, 139 e 140 do Código Penal, Lei 2.848/1940).

Sancionada no dia 21 de dezembro, a Lei entrará em vigor no prazo de 90 dias, quando as agências deverão ter afixadas em local de fácil visibilidade orientação sobre a Lei. Este Projeto de lei faz parte de algumas proposições do vereador, a partir de demandas discutidas com o segmento dos trabalhadores, prestadores de serviço e vigilantes de agências bancárias da capital e do Estado.

Fonte: Paraíba Agora

DF: Banco do Brasil adota providências para o pagamento de auxílio alimentação dos terceirizados

O deputado distrital e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Chico Vigilante, conversou com o presidente do Banco do Brasil, Paulo Cafarelli. Na pauta, a decisão absurda das empresas Brasfort e MultServ de não pagarem o auxílio alimentação para os empregados que prestam serviço ao banco.

Cafarelli acionou o departamento jurídico do BB para que sejam tomadas providências para que o auxílio alimentação dos terceirizados seja pago conforme determinam os contratos de prestação de serviço assinados com o banco.

"O presidente me disse que é muito injusto que os trabalhadores fiquem sem o tíquete alimentação. Nós estamos na luta e não vamos permitir em hipótese nenhuma que os trabalhadores fiquem sem o seu benefício, o tíquete alimentação", relata o deputado.

O deputado avalia que o auxílio alimentação complementa a renda dos trabalhadores e relembra que o benefício é pago há mais de trinta anos em virtude da luta dos sindicatos.

"Os trabalhadores necessitam do auxílio alimentação para as compras de utensílios básicos para alimentarem as suas famílias. Já faz parte do salário dos trabalhadores e, por esse motivo, não pode ser negado. O que a empresa está fazendo é uma atitude criminosa", afirmou Chico Vigilante.

Esse benefício é pago aos trabalhadores em forma de pecúnia por dia trabalhado, para o custeio de suas despesas com alimentação. Atualmente, o valor diário do tíquete alimentação é de R$ 34,11.

Chico Vigilante passou o dia de plantão na sede do Sindicato dos Vigilantes, tomando todas as providências para que todos os trabalhadores terceirizados não sejam prejudicados por essa decisão absurda da Brasfort e MultServ.

Mais cedo, a secretária de Planejamento, Leany Lemos, garantiu que as empresas que prestam serviço para o GDF nas áreas de limpeza, merenda e vigilância têm que pagar o auxílio alimentação aos trabalhadores terceirizados.

Toda a questão começou nesta segunda-feira (1/1), circulou em grupos de WhatsApp um documento das empresas informando a seus empregados que não iria pagar mais nenhum benefício aprovado em convenção coletiva de trabalho.

No documento, a empresa afirma que a convenção não tem mais validade desde a implantação da reforma trabalhista, 11 de novembro.

"Essas empresas se prendem à reforma trabalhista para retirada de conquistas históricas dos trabalhadores", avalia Chico Vigilante.

Fonte: Ascom Chico Vigilante

Só mobilização freará o fascismo do Judiciário

Afirmação foi feita ao Portal da CUT pelo deputado Wadih Damous, que falou sobre a perseguição contra o ex-presidente Lula e disse que a soberania popular deve ser resgatada

O advogado e deputado federal Wadih Damous (PT/RJ) afirmou nesta quarta-feira (3) que somente a forte mobilização popular será capaz de garantir o direito de o ex-presidente Lula ser candidato em 2018, de o Brasil resgatar a democracia e ainda contribuir para que os poderes públicos cumpram o seu papel constitucional.

"O fascismo vem tomando conta do Judiciário desde os processos do mensalão. Veio num crescendo e recrudesceu agora, com a Operação Lava Jato", criticou o parlamentar, ao comentar a necessidade de que haja uma grande manifestação em Porto Alegre no próximo dia 24, data do julgamento em segunda instância, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), do recurso do ex-presidente Lula contra condenação do juiz

Sérgio Moro no caso do triplex do Guarujá.

Para Damous, "esse processo penal se transformou em espetáculo e em instrumento de perseguição político-judicial-midiática contra o presidente Lula". Segundo ele, "não se trata de saber se há ou não há crime. E não existe outra razão senão esta para a grande mobilização que deve ser promovida em Porto Alegre e em todo o país".

A CUT, os movimentos sociais e partidos políticos de esquerda estão organizando caravanas a Porto Alegre, onde haverá uma grande vigília para acompanhar de perto o julgamento no TRF-4, e uma série de atividades em todo o país a partir do próximo dia 15.

Na avaliação do deputado – que já foi presidente da sessão carioca da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) e presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Nacional –, o Judiciário está tomado pela politização indevida e o Ministério Público Federal também se mostra cada vez mais "fascista, gozando de autonomia exacerbada".

Por isso, Damous ressaltou que não se mostra otimista com o desenrolar do processo penal contra Lula. "Meu otimismo é com a mobilização crescente para garantir que o presidente Lula tenha o direito de ser candidato e para que a soberania popular seja respeitada", afirmou.

Sobre a possibilidade de o ex-presidente ser ouvido pelo TRF-4 no dia 24, como solicitou seus advogados de defesa, o parlamentar disse que "não há permissivo legal que possa ser usado para isso, mas como todos os ritos legais estão sendo negligenciados pelo Judiciário, o pedido da defesa pode até ser acatado".

Para o deputado, só com mobilização popular será possível frear esta onda fascista e politizada do Judiciário. "É preciso também fazer com que o Poder Legislativo não continue sendo uma instância acovardada do Poder Judiciário. Precisamos aprovar a lei de abuso de autoridade e o projeto (de minha autoria) que transforma em improbidade administrativa todo recebimento de verbas acima do teto constitucional", pontuou.

Fonte: CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF